

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020.**

Diante do enfrentamento de uma emergência na saúde pública e de incertezas na economia global devido à Covid-19, a FCCSA adotou e vem adotando ações para minimizar a exposição de clientes, fornecedores e empregados ao contágio e contribuir com a manutenção da atividade econômica do país. Ao longo do período, diversas foram as medidas tomadas pela Cia. em relação às rotinas operacionais, cabendo mencionar o destacamento de colaboradores para home office, em especial daqueles que se enquadram nos grupos de risco, sem prejuízo à continuidade das atividades; a contratação de uma epidemiologista para auxiliar na definição de protocolos de prevenção e prestação de serviço de telemedicina para atendimento aos colaboradores que apresentem sintomas da Covid-19 e que testarem positivo para o vírus; e a produção de material para orientação dos colaboradores quanto à ergonomia e manutenção de sistema e segurança da informação durante o trabalho remoto. O ano de 2020 foi determinado pela manutenção das incertezas no ambiente internacional, ocasionadas principalmente pela pandemia Covid-19, notadamente nas searas comercial, política e geopolítica em importantes nações do globo, as quais, em meio a essa conjuntura, apresentaram forte desaceleração econômica. No Brasil, a atividade econômica se manteve em queda diante do cenário pandêmico. A flexibilização fiscal ocorreu em todo o mundo, mas de forma mais intensa no Brasil, onde as contas públicas já se encontravam em situação frágil. A relação dívida / PIB do Brasil deve ultrapassar o limite de 100% do PIB nos próximos anos. O crescimento do PIB deve se contrair 5,1% em 2020, seguido previsão de crescimento em torno de 3,0% em 2021. A atividade no setor de serviços deve demorar mais para se recuperar, enquanto as recuperações das vendas no varejo deverão ser robustas no ano de 2021. O Banco Central do Brasil levou, em sua última reunião de política monetária do ano, a taxa Selic à mínima histórica de 2% a.a. o que ajuda a potencializar a expansão do crédito às pessoas físicas e jurídicas. Alguns fatos marcaram o ano de 2020 da FCCSA, dentre eles podemos destacar: Realizamos 20 dias de férias coletivas nos meses de maio e junho de 2020, com a finalidade de adequação de nossos estoques e produção. Conquistamos 4 licitações para fornecimento de catalisadores e aditivos no mercado sul-americano. Em 2020 pagamos dividendos aos nossos acionistas no valor de R\$ 117,84 milhões, sendo R\$ 46,52 milhões referente ao lucro líquido de 2019 mais dividendos antecipados referentes ao lucro líquido apurado nos meses de jan a out de 2020 na quantia de R\$ 71,32 milhões. Durante o ano de 2020 completamos 1.201 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, batendo o nosso recorde histórico, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2020, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda à creches e escolas da localidade. A FCC S/A manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos onze anos de efluentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2020 fechou em R\$ 393 milhões, 8,1% maior que no ano anterior. A produção ficou em linha com o orçamento, ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 74 milhões, contra R\$ 47 milhões em 2019. Geramos um Ebitda de 128 milhões em 2020 e 102 milhões em 2019. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para a Albemarle, cuja demanda se estenderá para o ano de 2021. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2020, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores. **A Diretoria da FCC S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.238	60.108	Fornecedores		2.124	102
Contas a receber e partes relacionadas	5	33.883	57.323	Empréstimos e financiamentos	13	38.846	16.381
Estoques	6	74.924	57.191	Férias, salários e encargos sociais		7.291	6.211
Impostos a recuperar	7(a)	13.244	14.737	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	9.543	3.912
Outros ativos circulantes	8	5.336	3.221	Dividendo proposto	20(c)	-	11.631
		180.625	192.580	Obrigações com custos industriais e outros	17	3.558	3.510
				Outras a pagar de materiais e serviços	18	5.384	2.424
				Passivo de arrendamento	19(a)	10.126	10.545
						76.872	54.716
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	15	6.368	5.992	Provisão para processos judiciais	15	992	284
Impostos a recuperar	7(a)	932	690	Impostos diferidos	7(c)	-	1.237
Impostos diferidos	7(a)	914	-	Passivo de arrendamento	19(b)	16.165	13.524
Direito de uso	9	25.351	21.862			17.157	15.044
Imobilizado	10	86.368	87.224	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Intangível	11	862	1.025	Capital social		145.000	145.000
		120.795	116.793	Reserva legal		29.000	29.000
		301.420	309.373	Reserva de reinvestimentos		30.719	30.719
				Reserva para dividendo adicional proposto	20(c)	2.672	34.893
<b>Total do ativo</b>		<b>301.420</b>	<b>309.373</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>301.420</b>	<b>309.373</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de reinvestimentos	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2019</b>		145.000	29.000	30.719	45.598	-	250.317
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	20c	-	-	-	(45.598)	-	(45.598)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.524	46.524
<b>Destinações:</b>							
Dividendo mínimo obrigatório proposto	20c	-	-	-	-	(11.631)	(11.631)
Dividendo adicional proposto	20c	-	-	-	-	34.893	34.893
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		145.000	29.000	30.719	34.893	-	239.612
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	20c	-	-	-	-	(34.893)	(34.893)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	73.988	73.988
<b>Destinações:</b>							
Pagamento de dividendo antecipado	20c	-	-	-	-	(71.316)	(71.316)
Dividendo adicional proposto	20c	-	-	-	-	2.672	2.672
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		145.000	29.000	30.719	2.672	-	207.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

**1. Contexto operacional:** A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve aumento nas vendas para a Albemarle Corporation em função das oportunidades de exportação e condições do mercado nacional. A composição acionária encontra-se descrita na nota explicativa nº 20. Ressaltamos que no exercício de 2020 ocorreu incremento nas vendas de catalisadores e aditivos para a Albemarle nas unidades de Houston nos Estados Unidos e Amsterdã na Holanda, para atendimento nos mercados estrangeiros onde há atuação da Albemarle. A expectativa da Administração é que essas vendas devam seguir durante o todo o exercício de 2021. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado o valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(k). **(ii) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(g). **(iii) Provisões para contingências judiciais:** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros

ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social:** Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa nº 20. **c. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de **impairment** em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. **d. Intangível:** Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **e. Estoques:** Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os custos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. **f. Redução a valor recuperável ("Impairment"):** **(i) Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **g. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2020	2019
Receita	21	392.902	363.311
Custo dos produtos vendidos	22	(237.021)	(236.019)
<b>Lucro bruto</b>		<b>155.881</b>	<b>127.292</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	22	(60.659)	(61.265)
Outras (despesas) receitas, líquidas	23	3.448	3.284
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos</b>		<b>98.670</b>	<b>69.311</b>
Despesas financeiras	24	(2.289)	(961)
Receitas financeiras	24	1.740	3.013
Variações monetárias, líquidas	24	12.521	(507)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>11.972</b>	<b>1.545</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	7(c)	<b>110.642</b>	<b>70.856</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	7(c)		
Corrente		(38.805)	(22.778)
Diferido		2.151	(1.554)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>73.988</b>	<b>46.524</b>
<b>Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$</b>		<b>147</b>	<b>93</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.988	46.524
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>73.988</b>	<b>46.524</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		73.988	46.524
Ajustes			
Provisão para impairment		(170)	13
Perda de crédito esperada		23	36
Depreciação e amortização	10 e 11	14.444	14.430
Amortização de direito de uso	9	11.421	14.799
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		38.805	22.778
Provisão para processos judiciais		708	280
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível		(25)	(1)
Impostos diferidos		(2.151)	1.554
Obrigações com custos industriais e outros		48	(853)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas e outras		15.595	687
<b>(Aumento) redução em ativos</b>		<b>152.686</b>	<b>100.247</b>
Contas a receber de clientes		12.836	20.422
Estoques		(17.733)	(3.276)
Impostos a recuperar		302	10.450
Depósitos judiciais e outros		(510)	(974)
Outros ativos circulantes		(2.115)	(321)
		(7.220)	26.301
<b>Aumento (redução) em passivos</b>			
Fornecedores		(65)	(6.553)
Provisão para férias, salários e encargos sociais		1.080	(1.417)
Impostos e contribuições a recolher		(2.543)	(11.534)
Contas a pagar de materiais e serviços		2.960	(5.789)
		1.432	(25.293)
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>		<b>146.898</b>	<b>101.255</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.717)	(19.845)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>117.181</b>	<b>81.410</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Receita na venda de ativo imobilizado		39	30
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(8.409)	(13.439)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(8.370)</b>	<b>(13.409)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	20c	(117.840)	(60.798)
Empréstimos tomados		38.540	24.040
Pagamento de empréstimos		(18.832)	(7.871)
Amortizações de arrendamento		(17.549)	(12.527)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>(115.681)</b>	<b>(57.156)</b>
<b>(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>(6.870)</b>	<b>10.844</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		60.108	49.264
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		53.238	60.108
<b>(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>(6.870)</b>	<b>10.844</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(ii) Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições que variam de acordo com o plano de custeio anual calculado com base nos compromissos do plano de benefício definido. A obrigação líquida da patrocinadora quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados irão auferir como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é obtida com base em títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do plano de benefícios e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por atuários qualificados e registrados no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, por meio do método de crédito unitário projetado. **h. Provisões:** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios CPC 25 6 econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **i. Receita:** O CPC 47, correlacionado à norma Internacional de Contabilidade - IFRS 15, estabelece um conjunto de medidas e tratamentos a serem aplicados no reconhecimento de receita decorrente de contratos com clientes. De acordo com o pronunciamento, a entidade deve reconhecer a receita quando (ou na proporção que) satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. Portanto, com a nova norma, a contabilização da receita passa a ser inteiramente dependente do conceito de obrigação de desempenho. Os cinco passos para o reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47 são: Etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; Etapa 2 - Identificar as obrigações de desempenho; Etapa 3 - Determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; Etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; Etapa 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição

para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao "Contas a receber de clientes", está divulgada na nota explicativa 16 (a). n. IFRS 16 Leases (arrendamentos): No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros. **i. Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (emendas ao CPC 26/IAS 1). - IFRS 17 Contratos de Seguros.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

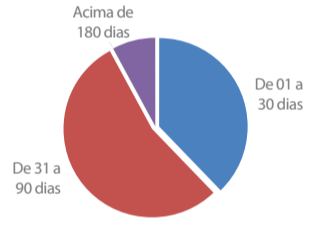
	2020	2019
Caixa e depósitos à vista	18.981	6.853
Aplicações financeiras	34.257	53.255
	53.238	60.108

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2020 e 2019. **5. Contas a receber:**

	2020	2019
No país - partes relacionadas (Nota 12)	27.856	35.126
No exterior - partes relacionadas (Nota 12)	842	17.836
No exterior - terceiros	10.006	4.084
Outras contas a receber - terceiros	706	815
(-) IFRS 15	(4.965)	-
Total do contas a receber bruto	34.445	57.861
Perda de crédito esperada	(562)	(538)
Total do contas a receber líquido	33.883	57.323

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	2020	2019
A vencer	32.222	44.820
Vencidas:		
De 01 a 30 dias	2.717	5.144
De 31 a 90 dias	3.903	3.511
De 91 a 180 dias	-	4.286
Acima de 180 dias	568	100
(-) IFRS 15	(4.965)	-
Total	34.445	57.861
Prazo médio de recebimento	26	47



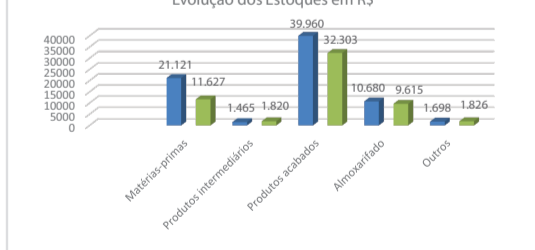
Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade complementou a sua provisão para perdas de crédito esperada no valor de R\$ 24 com base na probabilidade de perdas de crédito esperada. A movimentação do saldo da provisão em 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	503	35
Adições	35	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	538	24
Adições	24	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	562	-

**6. Estoques:**

	2020	2019
Matérias-primas (i)	21.121	11.627
Produtos intermediários	1.465	1.820
Produtos acabados	39.960	32.303
Almoxarifado de partes	10.680	9.615
Outros	1.698	1.826
	74.924	57.191

O saldo em 31 de dezembro de 2020 encontra-se líquido da provisão para perda no valor total de R\$ 738, constituída após testes em laboratório constataram que parte dos estoques de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização. Não foram encontrados tais características no saldo existente em 31 de dezembro de 2019.



**7. Impostos: a. Impostos a recuperar:**

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (i)	3.675	932	4.568	690
PIS e COFINS (ii)	9.561	-	10.116	-
IPI	8	-	25	-
Imposto de Renda Diferido	-	672	-	-
Contribuição Social Diferida	-	242	-	-
Contribuição Social	-	-	28	-
<b>Total</b>	<b>13.244</b>	<b>1.846</b>	<b>14.737</b>	<b>690</b>

(i) Em 2020 a FCCSA aderiu ao programa de férias coletivas, com o objetivo de reduzir custos. Essa redução contribuiu para a redução de nossas compras no decorrer do ano, consequentemente reduzindo os créditos de ICMS em 2020 no valor de R\$ 3.675 (R\$ 4.568 em 2019). (ii) O saldo de PIS e COFINS no ano de 2020 de R\$ 9.561 apresentou uma redução em relação ao ano de 2019 (R\$ 10.116) devido à FCCSA ter operado conforme mencionado em (i) acima.

**b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher**

	2020	2019
Imposto de renda (i)	7.975	3.662
Contribuição social (i)	1.128	-
Outros impostos e contribuições a recolher	440	250
	9.543	3.912

(i) O aumento no saldo do Imposto de renda e da Contribuição Social a pagar, se comparado com o ano de 2019, deu-se em virtude do aumento expressivo dos resultados tributáveis no ano de 2020. **c. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	-
Provisão de insumos e outras despesas- adição	11.984	5.531
Provisão para contingências e outros - adição	1.275	284
Lucros diferidos e outros - exclusão	(10.572)	(9.453)
Base de cálculo	2.688	(3.638)
Imposto de renda/contribuição social diferido ativo (passiva) - alíquota de 34%	914	(1.237)

**d. Reconciliação da alíquota efetiva:** A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.641	70.855
Alíquota nominal	34,0%	34,0%
	37.618	24.091

	2020	2019
Efeitos das diferenças permanentes:		
Incentivos fiscais à cultura e inovação tecnológica	(1.167)	(881)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	203	1.121
Corrente	(38.805)	(22.778)
Diferido	2.151	(1.554)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(36.654)	(24.332)
Alíquota efetiva	33,1%	34,3%
Saldo de adições temporárias	21.856	15.139
Saldo de exclusões temporárias	(15.530)	(19.709)
	6.326	(4.570)

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas

	2020	2019
	2.151	(1.554)

	2020	2019
<b>8. Outros ativos circulantes:</b>		
Adiantamento de Férias	119	61
Adiantamento a Funcionários	71	24
Impostos antecipados	1.160	1.417
Adiantamento a fornecedores	2.222	142
Despesas Antecipadas	1.764	1.577
	5.336	3.221

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias aguardando a emissão da nota fiscal e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

**9. Direito de uso: Custo**

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-
Adições	39.344	-
Alienações e baixas	(130)	-
Transferências	-	-
(-) Juros AVP	(2.553)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	36.661	-
Adições	24.445	-
Alienações e baixas	(7.206)	-
Transferências	-	-
(-) Juros AVP	(2.329)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	51.571	-

**Depreciação**

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-
Depreciação do período	(15.197)	-
Reconhecimento AVP	398	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.799)	-
Depreciação do período	(13.368)	-
Reconhecimento AVP	1.947	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(26.220)	-

**Valor residual**

	2020	2019
Em 31 de dezembro de 2019	21.862	-
Em 31 de dezembro de 2020	25.351	-

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Inseções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. No início de um contrato, uma entidade avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento, se o mesmo prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de um pagamento. Os itens que foram aderentes à norma são: aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos e aluguel de espaço físico para armazenamento de produtos. Os prazos contratuais variam de 36 a 60 meses. **10. Imobilizado:**

	Terrenos e edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Móveis, utensílios, veículos e Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	44.070	305.462	9.137	24.757	383.426
Adições	-	-	12.356	1.088	13.444
Alienações e baixas	-	(313)	(5)	(261)	(579)
Transferências	69	4.806	(5.406)	66	(465)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.139	309.955	16.082	25.650	395.826
Adições	-	-	11.143	2.139	13.282
Alienações e baixas	(434)	(10.179)	(13)	(855)	(11.481)
Transferências	2.427	7.551	(10.495)	235	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	46.132	307.327	16.718	27.169	397.346
Depreciação					
Saldo em 1 de janeiro de 2019	(16.763)	(259.169)	-	-	(275.932)
Depreciação do exercício	(1.370)	(11.233)	-	(1.260)	(13.863)
Alienações e baixas	-	313	-	168	481
Impairment	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(18.133)	(270.089)	-	(20.380)	(308.602)
Depreciação do exercício	(1.407)	(11.086)	-	(1.506)	(13.999)
Alienações e baixas	434	10.179	-	840	11.453
Impairment	-	-	-	170	170
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(19.106)	(270.996)	-	(20.876)	(310.978)
<b>Valor residual contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2019	26.006	39.866	16.082	5.270	87.224
Em 31 de dezembro de 2020	27.026	36.331	16.718	6.293	86.368

Os projetos em andamento são destinados a renovação da planta, cujos custos de ativação irão incorrer a partir do exercício social de 2021. No ano de 2017, a linha de transmissão 138Kv foi submetido ao teste de impairment, de acordo com o CPC 01, por meio do método do valor justo menos despesas de venda e foi constituída a provisão para perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.162 e no ano de 2018, foi realizada a atualização do teste de impairment onde foi registrado um estorno parcial da provisão no valor de R\$ 217. No ano de 2019 foi complementada a provisão no valor de R\$ 13 e no ano de 2020 tivemos o estorno parcial de R\$ 170. **11. Intangível**

	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro de 2019	16.114	(40)
Alienações e baixas	-	465
Transferências do imobilizado	-	16.539
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16.114	(1.26)
Adições	-	282
Alienações e baixas	-	15.695
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	15.695
<b>Amortização</b>		
Saldo em 1 de janeiro de 2019	(14.988)	-
Alienações e baixas	40	-
Amortização do exercício	(566)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.514)	-
Alienações e baixas	1.126	-
Amortização do exercício	(445)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(14.833)	-

**12. Transações entre partes relacionadas: a. As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:**

	Contas a receber de clientes	Custo dos produtos vendidos	Receita	Contas a pagar de materiais e serviços	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.679	161.291	284.356	548	248
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	177	310	957	-	-
Albemarle Corporation	842	36.496	35.778	1.455	-
Albemarle Overseas	-	-	-	-	-
Employment Corporation	-	-	-	-	-
Total em 2020	28.698	198.096	321.091	2.003	248
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	35.126	172.004	286.966	387	206
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	405	1.101	-	-
Albemarle Corporation	17.836	16.592	26.119	-	-
Albemarle Overseas	-	-	-	-	-
Employment Corporation	-	-	-	284	-
Total em 2019	52.962	189.001	314.186	671	206

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A referem-se às operações de vendas de catalisadores e representam cerca de 73% do faturamento total da Sociedade em 2020 (79% em 2019). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as vendas para o acionista Albemarle Corporation representaram 9% (7% em 2019) do montante do faturamento. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou pagar está demonstrada, a seguir:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo	2.013	2.069
Benefícios pós-emprego	160	225
	2.173	2.294

milhões, com prazo de pagamento em 12 meses à taxa de 165% e 148% do C.D.I. aa. respectivamente. Segue a relação dos empréstimos e sua movimentação:

Moda- lidade	Moeda		Taxa	Data do crédito	Venci- mento
	USD	R\$			
ACC	3.500.000,00	18.539.500,00	4,43% a.a. (165% do C.D.I.)	27/05/2020	21/05/2021
NCE - BRL	-	10.000.000,00	(148% do C.D.I.)	24/06/2020	24/06/2021
NCE - BRL	-	10.000.000,00	(148% do C.D.I.)	18/12/2020	13/12/2021

**Movimentação**

	2020	2019
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	-	-
Empréstimos contratados (Incremento)	24.078	358
Juros	-	(137)
Variação cambial	-	(787,1)
(-) Pagamento de principal	-	(47)

de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A administração acredita que o risco de créditos relacionado ao seu contas a receber é mínimo em função do histórico de sua carteira de clientes e está devidamente refletido na provisão de perdas de créditos esperada. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A tabela a seguir indica os períodos em que saldos com fornecedores serão liquidados. Veja também o quadro de maturidade dos empréstimos na Nota Explicativa nº13.

Fornecedores	Valor	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos
	2.124	2.124	-	-

**c. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **d. Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos (contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **e. Análise de sensibilidade:** Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

2020		2019	
Impacto no Resultado do exercício líquido	Patrimônio líquido	Impacto no Resultado do exercício líquido	Patrimônio líquido
USD (valorização de 16%)	1.107	1.107	2.301
USD (valorização de 14%)	969	969	2.014
USD (desvalorização de 16%)	(1.107)	(1.107)	(2.301)
USD (desvalorização de 14%)	(969)	(969)	(2.014)

**f. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis. **17. Obrigações com custos industriais e outros:** A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alfandegários de desembaraço nesta rubrica no montante de R\$ 3.558 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.510 em 2019). **18. Contas a Pagar de materiais e serviços:** A Sociedade registra basicamente fornecedores não associados diretamente com o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	2020	2019
Materiais	2.980	1.119
Serviços	2.380	1.142
Outros	24	163
	<b>5.384</b>	<b>2.424</b>

**19. Passivo de arrendamento:** Passivos de arrendamentos são passivos financeiros. No entanto, geralmente serão mensurados em conformidade com a IFRS 16 e não nos termos da IFRS 9 instrumentos financeiros. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, caso haja. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Foram considerados aderentes ao CPC 06 os contratos de aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos (ônibus e caminhões), aluguel de espaço físico para armazenagem de produtos. A Sociedade determina sua taxa incremental (3,96%) sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 22 de fevereiro de 2.021, sem ressalvas, e observado o parágrafo de ênfase, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 16 de março de 2021. Fernando Eduardo Faleiros Ferreira - Presidente; Flávia Dias Pelosi - Vice-Presidente; Thays Regina Martins Fontes Moreira - Conselheira; Marcos Vicícius Guimarães da Silva - Conselheiro

**a. Curto prazo:**

**Movimentação**

Saldo em 1º de janeiro de 2019	Curto prazo
Adições de contratos de arrendamento	18.980
Amortizações por pagamentos	(7.522)
Apropriação de Juros - AVP	(1.122)
Baixa juros - AVP	209
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>10.545</b>
Adições de contratos de arrendamento	8.738
Amortizações por pagamentos	(5.341)
Baixa por final de contrato	(3.798)
Apropriação de Juros - AVP	(770)
Baixa juros - AVP	751
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.126</b>

**b. Longo prazo**

**Movimentação**

Saldo em 1º de janeiro de 2019	Longo prazo
Adições de contratos de arrendamento	19.771
Amortizações por pagamentos	(5.005)
Apropriação de Juros - AVP	(1.431)
Baixa juros - AVP	189
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>13.524</b>
Adições de contratos de arrendamento	15.707
Amortizações por pagamentos	(10.125)
Baixa por final de contrato	(2.578)
Apropriação de Juros - AVP	(1.429)
Baixa juros - AVP	1.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>16.165</b>

**20. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:

Albemarle Brazil Holdings Ltda. (50%)	251.072.398
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (50%)	251.072.398
	<b>502.144.796</b>

**b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade não constituiu reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados conforme se segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.988	46.524
(-) Reserva legal	-	-
Base de cálculo	73.988	46.524
Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	-	11.631
(-) Pagamento de dividendo antecipado	(71.316)	-
Dividendo adicional proposto	<b>2.672</b>	<b>34.893</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram registrados dividendos mínimos obrigatórios face a aprovação pelo conselho de administração em 23/06/2020 e 22/12/2020 sobre os respectivos pagamentos de dividendos antecipados no valor de R\$ 71.316, referente ao lucro líquido apurado de janeiro a outubro de 2020. Em 2019 foram registrados os valores dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela remanescente do lucro líquido no valor de R\$ 2.672 (R\$ 34.893 em 2019) foi classificada em 31 de dezembro de 2020 no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08. Segue abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:

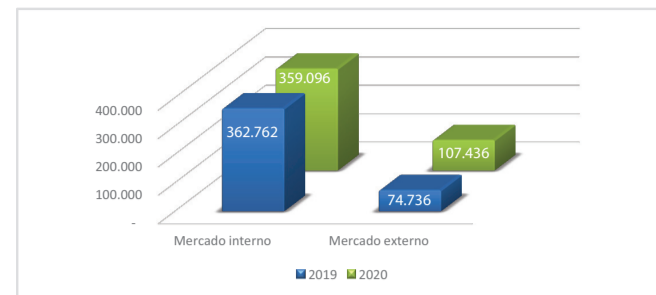
	2020	2019
Lucro Líquido	73.988	46.524
Quantidade de ações	502.145	502.145
	<b>6,79</b>	<b>10,80</b>

**d. Outras reservas de lucro:** As proposições da destinação do resultado do exercício de 2020, serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2021. Durante o exercício de 2020 foram pagos os valores de R\$ 46.524 a título de dividendos referentes ao resultado do ano de 2019, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020, sendo R\$ 34.893 de dividendo adicional proposto e R\$ 11.631 de dividendo mínimo obrigatório.

**21. Receitas:**

	2020	2019
Vendas brutas de produtos e serviços mercado interno (i)	359.096	362.762
Vendas brutas de produtos e serviços mercado externo (i)	107.436	74.736
Encargos sobre vendas (ii)	466.532	437.498
Receita líquida	<b>(73.630)</b>	<b>(74.187)</b>
	<b>392.902</b>	<b>363.311</b>

(i) As receitas estão registradas de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15. (ii) Os encargos sobre vendas são os tributos PIS, COFINS, ICMS e IPI que incidem sobre as vendas para o mercado interno. Para o mercado externo não há tributação.



**22. Custos e Despesa por natureza:**

	2020	2019
Insumos e utilidades	168.117	163.170
Gastos com pessoal e benefícios	52.833	50.912
Serviços contratados, fretes e encargos gerais	52.169	54.771
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais)	24.561	28.431
Despesa com pessoal e benefícios	21.652	21.881
Participação nos resultados	5.262	4.162
Serviços contratados	9.611	10.115
Fretes	5.717	2.898
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos)	8.774	12.159
Outros	9.643	10.050
	<b>60.659</b>	<b>61.265</b>

Total de Custo das vendas excluindo as despesas operacionais **237.021** **236.019**

**23. Outras (despesas) /receitas, líquidas**

	2020	2019
Receita na venda de imobilizado	41	30
Receita de aluguéis	903	1.092
Recuperação de despesas	261	199
Outras receitas	164	399
Recuperação de tributos	-	1.734
lcm s/venda de imobilizado	(2)	(1)
Perdas por impairment	-	(13)
Perdas diversas	(24)	(154)
Reversão de impairment	170	-
Provisão para perdas de estoques	(34)	-
Valor residual na baixa de direito de uso (CPC06)	1.983	-
Baixa de imobilizado (Notas 10 e 11)	(14)	(2)
	<b>3.448</b>	<b>3.284</b>

Em 2020, foi baixado o valor residual de R\$ 1.983 referente ao saldo contratual com o operador logístico, sendo contratado um novo fornecedor para realizar as atividades de logística para a Sociedade. Em 2019, a Sociedade procedeu a recuperação de créditos previdenciários inerentes aos últimos 5 anos, perfazendo um montante no valor de R\$ 1.734. **24. Resultado financeiro:**

	2020	2019
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outras	(2.289)	(961)
	<b>(2.289)</b>	<b>(961)</b>
Receita financeira		
Aplicações financeiras (Nota 4)	1.533	2.629
Depósitos Judiciais/Impostos	112	211
Outras	95	173
	<b>1.740</b>	<b>3.013</b>
Variações monetárias, líquidas		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	557	(487)
Contas a receber	10.634	44
Fornecedores, contas a pagar	2.087	83
Empréstimos	(701)	(144)
Outras	(57)	(3)
	<b>12.521</b>	<b>(507)</b>
	<b>11.972</b>	<b>1.545</b>

**25. Cobertura de seguros:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**Cobertura de seguro para:**

	2020	2019
Danos materiais		
Incêndio, queda de raio e explosão	127.818	94.158
Danos elétricos	17.227	12.690
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)		
Incêndio, queda de raio e explosão	224.126	165.724
Danos elétricos	224.126	165.724
Responsabilidade civil	5.250	3.875

**Conselho de Administração**

Raphael Goszcz Crawford - Presidente  
Rodrigo Abramof - Vice Presidente  
Michael Lynn Turner - Conselheiro  
Alexandre Botelho Mata - Conselheiro

**Diretoria**

Arlindo Moreira Filho - Diretor Superintendente  
Cid Alves de Carvalho Junior - Diretor  
André Laurentino de Meireles  
Contador: CRC-RJ 084437/O-1

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Ao Conselho de Administração, Acionistas e Diretores da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.** Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 12, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa

responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021. KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC RJ-064887/O-8.